

ASSINATURA DO CANDIDATO



Universidade
de São Paulo
Brasil



FUNDAÇÃO
UNIVERSITÁRIA
PARA O VESTIBULAR



**PROCESSO SELETIVO PARA
INGRESSO NO PROGRAMA
DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
DIREITO DA FACULDADE
DE DIREITO DA USP NO
ANO LETIVO DE 2018.**

**FASE INICIAL: COMPRO-
VAÇÃO DE CONHECI-
MENTOS JURÍDICOS.**

20.08.2017

Área de concentração:
**Direito Econômico, Fi-
nanceiro e Tributário**

Subárea: **Direito Tribu-
tário**

OBSERVAÇÃO

A nota mínima para
aprovação é igual a 7,0
(sete), na escala de 0 a 10.

A divulgação do resultado
será no dia **25.09.2017**, no
site www.fuvest.br.

INSTRUÇÕES

1. Verifique na capa deste caderno se ele corresponde à área (subárea) em que você se inscreveu, e assine no local indicado.
2. Só abra este caderno quando o fiscal autorizar.
3. A prova deverá ser feita com caneta esferográfica de tinta azul ou preta. Não utilize caneta marca-texto.
4. Escreva com letra legível e não assine a sua dissertação, para não a identificar.
5. A dissertação deverá ser escrita exclusivamente nas linhas destinadas a ela. O que estiver fora desse espaço não será considerado na correção.
6. O verso das folhas poderá ser utilizado para rascunho e não será considerado na correção.
7. Duração da prova: **duas horas e trinta minutos**. O candidato deverá controlar o tempo disponível, pois não haverá tempo adicional para transcrição do rascunho para as folhas definitivas.
8. Durante a prova, serão vedadas a comunicação entre candidatos e a utilização de qualquer material de consulta, eletrônico ou impresso, e de aparelhos de telecomunicação.
9. O candidato poderá retirar-se do prédio a partir de 15h30min.
10. Ao final da prova, será obrigatória a devolução deste caderno.





Área de concentração: **Direito Econômico, Financeiro e Tributário**

Nota de
0,0 a 10,0

Subárea: Direito Tributário

A presente prova tem por escopo verificar a leitura e compreensão da bibliografia proposta, especialmente avaliando a capacidade de o candidato confrontar ideias, identificar pontos em comum e divergências. Por esse motivo, não serão levadas em conta considerações, mesmo que embasadas, que fujam dos textos selecionados. Tampouco serão aceitos posicionamentos que se baseiem em uma corrente, se não se apresentarem, ao mesmo tempo, as críticas à corrente alternativa.

Em matéria de competência tributária,

- a) qual a relevância de as expressões empregadas pelo constituinte já preexistirem no Ordenamento? Modificações na legislação infraconstitucional que confirmam novos sentidos a expressões empregadas pela Constituição da República Federativa do Brasil afetam a repartição de competências definida em 1988? Considere o caso da expressão “direitos reais”, cuja transmissão está sujeita ao ITBI. O Código Civil de 1916 não incluía o direito de superfície no rol dos direitos reais, o que apenas surgiu no Código Civil de 2002. A transmissão de direitos de superfície entraria na competência tributária dos Estados e Distrito Federal?
- b) o constituinte utilizou-se de conceitos, ou é próprio falar em tipos constitucionais? Considere o Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza.

This image shows a single sheet of white paper with horizontal blue or grey ruling lines. The lines are evenly spaced and run across the width of the page. There are no margins, text, or other markings on the paper.















FDCJ 2018

1ª Fase – Prova de Conhecimentos Jurídicos (20/08/2017)

1/100**1**
1/1